

SOBRE A SINGULARIDADE

NINA VIRGINIA DE ARAÚJO LEITE*
(IEL/UNICAMP)

A impotência em que me encontro, sem saber ao certo se aí está uma verdadeira impotência ou uma impossibilidade de tomar uma língua alhures, na topologia, para dizer, ou antes para mostrar a estrutura, não infirma em nada o que se impõe a mim: que a singularidade desta última é uma singularidade de forma e não um fechamento. (C.Calligaris)

Sobre o que não pode ser demonstrado, algo entretanto pode ser dito de verdadeiro. (Lacan)

I. Por uma questão de princípio, que deverá se esclarecer no desenvolvimento desta reflexão, a tarefa que nos propomos, qual seja, falar sobre a singularidade, só poderá demonstrar um fracasso do saber. Como ser aí bem sucedido, quando a questão é a de uma resistência do simbólico em cernir o real?¹ Entretanto, isso não impede a transmissão da questão, se adotamos a estratégia de um desvio em sua abordagem: ao invés de tentarmos refletir sobre a singularidade, definindo-a, perguntemo-nos primeiro sobre os efeitos de sua presença no campo de estudos da linguagem. Ver-se-á, então, que o problema assim colocado releva de um debate já instalado no seio das reflexões epistemológicas² que balizam o campo dessa “ciência que se diz gramática”, ... dessa

* Psicanalista, Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Língua Materna em Instância Paterna*, IEL/UNICAMP.

¹ Que não se insinue aqui a interpretação simplista de estarmos nos referindo à relação entre o significante e o objeto como real. Trata-se, outrossim, do reconhecimento, como aponta Zizek (1991), do paradoxo fundamental da relação entre o simbólico e o real: “a barra que os separa é interna ao campo simbólico, é a barra que impede o simbólico de se tornar *ele mesmo*, de chegar a sua realização plena. O problema do significante não é sua impossibilidade de tocar o real, mas sua impossibilidade de atingir a si mesmo...” (p.65). Com isso, evitaremos a crença em uma plenitude originária do objeto que escaparia às determinações simbólicas, uma vez que partimos da irreducibilidade da perda **engendrada** pela simbolização.

² Observe-se que uma reflexão epistemológica pressupõe uma metalinguagem, o que introduz dificuldades na nossa discussão, uma vez que a elaboração em psicanálise parte do fato de não haver metalinguagem.

“ciência que se diz lingüística”, nos termos em que Milner (1987) o estabeleceu, ao introduzir o real enquanto impossível próprio à língua, como um ponto de íntima exterioridade ao real da língua calculável pela ciência. Considerando, na reflexão sobre língua, o registro de seu núcleo irrepresentável pelo cálculo, ou seja, incluindo o que Lacan denominou *lalangue*³, o autor inaugura, com esse gesto teórico, a possibilidade de tocar o real da língua, como calculável pela ciência, a partir de uma falha irredutível, da qual o desejo (do lingüísta) se constitui. Se tomamos, então, os acontecimentos languageiros a partir dessa consideração, deveremos nos perguntar a respeito do gozo que aí se realiza, buscando, mais além⁴ da rede simbólica que desenha as coordenadas do equívoco, aquilo mesmo que o causa, vale dizer, isso que movimenta e anima um acontecimento de fala. É no âmbito desse acontecimento, que se configura o que tentamos nomear como singular. Demonstraremos que, longe de incluir o registro do único enquanto o que não se repete, o plano em que tomamos aqui a singularidade se circunscreve por um fato de repetição real.

Admitida na língua, a dimensão do não-idêntico apresenta-se como pontos onde o apelo à estratificação fica suspenso. Milner cita um inventário incompleto: pronomes pessoais, performativos, insultos, exclamações, “todos elementos nos quais a definição em menção implica de forma circular o uso do **definiendum**, cujo sentido só se explica inteiramente através de um recurso à proferição do próprio som”(p.13). Tais elementos exorbitantes são por ele denominados “singularidades heterogêneas”, que devem ser necessariamente descartadas, para que uma proposição universalizável possa ser proferida sobre a língua. A dimensão do não-idêntico é, portanto, na língua, o real rebelde à formalização.

Encontramos, assim, uma primeira indicação quanto à relação de estranhamento que se delinea entre o universal e o singular, no campo científico, uma vez que aí a condição do universal rejeita o singular. A que se reduz, então, o singular nesse contexto, senão ao domínio do dejetivo que o gesto simbólico da teoria produz como impensável, irrepresentável e incalculável no próprio movimento de calcular o real de sua ciência? Em que circunstâncias esse estranho singular poderia ser acolhido? Em que condições seria possível introduzir o domínio do impensável em um empreendimento que se sustenta na vigência do cogito cartesiano, que estabelece, justamente, a identidade do ser e do pensamento? Se no cogito há equivalência entre o ser e o pensar, incluir o dejetivo de sua operação não implicaria introduzir o que subsiste fora do significante e que caracteriza o gozo interdito que a língua configura?⁵

³ Uma das traduções que essa invenção de Lacan encontrou entre nós é *alíngua*, que estaremos adotando neste trabalho. Registre-se, entretanto, a tradução proposta por Haroldo de Campos: *Lalíngua*, em que o prefixo “La” indicaria “ao estilo de”. Na seqüência do texto, a retomada desse termo permitirá ao leitor outros desdobramentos de sentido.

⁴ Seria necessário, neste ponto, especificar a topologia própria para se pensar o “além” aqui referido, o que implicaria uma longa exposição, que deve se dar em outro lugar. Basta indicar que se trata aqui de evitar o erro de supor um além transcendente, fora do simbólico. Como salienta Zizek (1991): “todo o erro da consciência consiste em não se aperceber de que o que ela toma por um processo externo ao objeto já é o próprio objeto” (p.28). Esse “além” está portanto no interior do domínio teórico, sendo interno ao seu campo.

⁵ Encontramos aqui o ponto de dificuldade para a inclusão desse resto, uma vez que, referindo-se ao inconsciente, impõe-nos reconhecer, com Lacan (1968), que “com a noção de inconsciente estamos confrontados com uma regra de pensamento que tem que se garantir do não-pensado, enquanto o que pode ser

É aqui que uma reflexão séria sobre a língua convoca o campo freudiano no qual a singularidade do caso é alçada à categoria de paradigma⁶, realizando justamente a passagem do singular ao universal. Mas, para que alguma lição daí se depreenda, alguns passos, que enuncio a seguir, serão necessários.

II. Que a Lingüística e a Psicanálise possam se articular pontualmente, em algum encontro faltoso, não é de surpreender, uma vez que constituem formas diferenciadas de elucubração de saber sobre alíngua: no discurso científico, pelo conceito de linguagem e, na psicanálise, pela hipótese do inconsciente enquanto efeitos de alíngua⁷. O que traça a linha que as separa é justamente o que agencia o discurso que as sustenta. Se na ciência a visada parte da possibilidade do cálculo do real, e portanto da suposição de que tudo pode ser escrito; na psicanálise, parte-se da irredutibilidade da falta no campo do Outro. Para tirar conseqüências desta afirmação, entretanto, é preciso esclarecer em que o campo do Outro se distingue da linguagem⁸. Há em alíngua bem mais coisas do que a linguagem sabe. É pelo fato de haver alíngua que se impõe um limite ao escrito. Mas, do que é feita alíngua ?

Desde a elaboração de Milner no texto “L’amour de la langue” é comum a referência à afirmação de que a língua sustenta o real de alíngua. Deprendemos, daí, que há uma relação de necessidade lógica vigorando entre uma e outra: não é possível cogitar sobre alíngua que não seja a partir do fato de língua. Aqui encontramos a formulação saussureana quanto a nada existir fora/antes do corte que a língua introduz. Entretanto, uma vez realizado o corte, algo aí se constitui, que teria estado lá, algo diferente da materialidade significante e que, no entanto, é totalmente determinado por ela; um resto daí se destila, para sempre presente no funcionamento da ordem própria da língua. É essa instância de repetição do resto que fica excluída do discurso da ciência e que presentifica, na psicanálise, a vigência do desejo e do gozo. Com isso, fica indicado que o desejo e o gozo se determinam na linguagem, pela relação com o que a

sua causa” (p.8). O inconsciente de delinea como o que “falta ao sujeito para se pensar esgotado por seu *cogito*, ou seja, o que ele é de impensável”. Mas, se o “impensado” de um pensamento não é um algo a mais, conteúdo inapreensível, seria sua própria forma?

⁶ A aplicação do termo “paradigma” para se referir ao método freudiano do caso deve-se a Allouch (1993). O autor distingue dois sentidos: “no sentido gramatical, o paradigma é o caso ao qual se dá um valor canônico, que serve para resolver problemas formalmente semelhantes àqueles que coloca...Mas, paradigma tem também o sentido de “matriz disciplinar” ou, dito de outro modo, de “generalização-esboço”, sentido empregado na primeira obra de Kuhn” (p.98). É no sentido gramatical que paradigma se aplica ao método freudiano.

⁷ A hipótese de Lacan: “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” revela a especificidade de sua abordagem, ao introduzir no domínio da causa freudiana, como o que manca, a lei do significante; o inconsciente, ou seja, efeitos de alíngua no ser falante, passa a ser abordado pelo saber sobre alíngua que a ciência lingüística produz. A partir daí, os efeitos em retorno sobre a Lingüística seriam inevitáveis.

⁸ Uma das formulações desta distinção pode ser encontrada em Calligaris (1986): “Dizemos que a linguagem é o campo do Outro, a ponto de por vezes denominar este campo “Outro”, simplesmente; e dizemos: há desejo no Outro. Tudo isto se presta apenas a um mal-entendido que podemos desfazer: a linguagem é o campo do Outro no sentido em que o Outro, isto é – um Sujeito que se supõe no desejo que se produz nesse campo – aí aparece” (p.22).

falta aí desdobra, pois o resto da operação da linguagem depende do princípio de seu funcionamento: um significante remete necessariamente a outro significante, em cadeia.

Alíngua é, então, sempre suposta; um estranho “anterior”⁹ que só se sustenta de algo que o terá sucedido, e que não deixa de se repetir. Como trabalhar com essa aporia? Sendo uma referência à origem da atualização da ordem da língua na constituição de um sujeito falante, temos que recorrer a figurações de alíngua, entre as quais “língua materna” é a mais interessante, uma vez que conjuga, pela associação com o significante “materna”, tanto a incidência da ordem própria da língua, instância de corte, quanto o que a excede, alíngua.¹⁰

Antes mesmo de haver suposição de um sujeito ao desejo, o próprio funcionamento da linguagem impõe desejo. Conforme sustenta Calligaris (1986), “se na linguagem encontramos desejo, não é unicamente porque todo enunciado está separado de sua significação, mas, de forma mais radical, porque um enunciado só é *um* materialmente com sua separação da cadeia indefinida que o faz existir” (p.23). O que se afirma aqui é que há desejo na linguagem, desejo indeterminado, à espera da atribuição de um sujeito. A divisão na linguagem é, então, o ponto de partida para se pensar desejo. Isso fala e, por isso, há desejo. Mas como um sujeito aí aparece? Deixemos, no momento, essa pergunta em suspenso e continuemos a nos interrogar sobre a “língua materna” como figuração de alíngua, ou seja, o que significa afirmar que “língua materna” é figura de alíngua?

Além das acepções ligadas a imagem, representação, forma, efeito e alegoria, encontramos também para figura o seguinte uso no domínio da música: “cada um dos oito sinais gráficos (breve, semibreve, mínima, semimínima, colcheia, semicolcheia, fusa e semifusa) que indicam a duração de uma nota (figura positiva) ou de uma pausa (figura negativa)”. Nesse contexto, a figura se refere ao tempo de duração que é marcado pelos cortes que a escrita do sinal gráfico institui. Por que esse uso seria interessante para se pensar “língua materna” como figura de alíngua, senão pelo fato de nos permitir retomar a própria razão do termo alíngua, que conjuga o artigo e o substantivo em uma só palavra? Como Miller (1974) reconhece, “designar alíngua em uma só palavra é justamente designar alíngua do som, alíngua suposta, aquela de antes do significante-mestre, aquela que a análise libera e desencadeia”(p.32). Alíngua antes da determinação do campo do Outro?

Explorando o uso de figura em música, podemos destacar o registro que na língua materna estabelece o corte na continuidade do som como correlativo da incidência dos sinais da escrita que modulam o tempo na música¹¹. Quando se refere a lalange, Lacan

⁹ Note-se que essa anterioridade só pode ser pensada enquanto lógica, uma vez que é por um efeito de retroação, a partir do corte que a língua instaura, que se destaca esse registro, sempre atual, de alíngua.

¹⁰ É interessante atentar, portanto, para a ambigüidade da nomeação “língua materna”, que tão naturalmente se utiliza para se referir à língua em que o sujeito se constitui, uma vez que permite uma zona de indecisão quanto à incidência referida: quer o registro do que cai pela introdução do corte, quer o próprio corte. Uma das razões que tínhamos para nomear o nosso projeto “Língua materna em Instância paterna”, em seu momento inicial, era justamente poder chamar atenção para o duplo registro aí em jogo.

¹¹ Referindo-se ao que especifica a linguagem, e diferenciando-a do que sua cadela Justine é capaz de fazer enquanto fala, Lacan (1961) identifica, na presença das oclusivas, o traço que distingue fala e linguagem. Observa que também no canto não encontramos oclusivas. Poderíamos tomar a oclusão, colocando em jogo um princípio de oposição de implosão e explosão, uma interrupção ou bloqueio da

também faz ecoar lalação, que caracteriza a emissão de sons mais ou menos articulados pela criança, antes do falar propriamente dito. Embora seja possível identificar um período em que esse jogo prevalece, não se trata de o tomarmos aqui como um tempo a ser superado pela criança, uma vez que a contingência de uma formação do inconsciente sempre o atualiza¹².

Quando se dedica ao estudo dos chistes, Freud (1905) esclarece o mecanismo de prazer em função das características dos jogos de palavras que aí se presentificam, destacando que a técnica utilizada em um dos grupos de chistes se sustenta em uma orientação do psiquismo de modo a seguir a consonância das palavras mais do que o sentido; a representação auditiva das palavras substituindo-se à significação. Relaciona o prazer aí obtido com aquele encontrado nos jogos da criança, acostumada a considerar as palavras como coisas, situação na qual se joga com os sons no não-senso. Ao se referir à suspensão do interdito que opera na produção do chiste, Freud remete à situação da infância para indicar: “O pensamento que, para criar o chiste, mergulha no inconsciente, não o faz senão para reencontrar os seus jogos com as palavras em um tempo anterior”(p.), quer dizer, encontrar essa forma de “parafasia” original e de seu não-senso. Obter o antigo prazer do não-senso é um dos objetivos do chiste, demonstrando com isso a não superação de uma forma infantil de obter prazer e sua repetição nas formações do inconsciente.

Indicar o registro da sonoridade nos permite retomar a afirmação de que a homofonia é o motor de alíngua, sendo essa a razão de Lacan não ter encontrado nada melhor do que o sistema fonético para caracterizá-la, como nos lembra Miller (1974). E essa dimensão nos importa porque estamos apontando que a ordem própria da língua interdita um gozo, implica a renúncia a um gozo¹³. De que seria feito esse gozo, senão da repetição da materialidade que enlaça a criança com a mãe, voz que é parte do seu¹⁴ corpo? Gozo de uma copulação impossível (que teria havido), do corpo com as palavras? Não é por outra razão que alguns autores identificaram aí um registro de

passagem do ar, como efeito de uma renúncia ao gozo da pura produção de sons? Menos do que a capacidade do bebê para produzir certos sons, o que está em jogo nessa hipótese é o exercício de uma produção que ainda não está a serviço do sistema da língua, não retirando, portanto, sua significação da eficácia distintiva que aí vai operar, mas de um gozo fora do sentido. É portanto a função significante que permite distinguir fala e linguagem.

¹² Nesse sentido, vale indicar a radical incompatibilidade da noção de desenvolvimento com uma abordagem psicanalítica da estruturação do sujeito falante. No texto “Questioning the notion of development: the case of language acquisition”, de Lemos (1999) reflete sobre a noção de mudança na fala da criança, destacando-a de uma abordagem apoiada no conceito de desenvolvimento, demonstrando o caráter estrutural do processo em jogo na passagem de uma posição alienada no discurso do outro para uma posição de falante.

¹³ Para que isso se dê, entretanto, não basta que a criança seja exposta a exemplos de língua, conforme defenderia uma hipótese inatista; esse fato por si só indica que se é verdadeiro que a língua é causa de sujeito, nem por isso se pode concluir que ela responda pela estrutura subjetiva.

¹⁴ É interessante explorar a ambigüidade aqui presente no que se refere ao possessivo para corpo e voz, uma vez que se trata, justamente, de um momento em que estas distinções estão para se construir para a criança. O processo de estruturação do sujeito falante pode ser pensado como o da construção de um corpo que fala, evidenciando que nesse processo de entrada no simbólico, ou de “aquisição” da linguagem, estamos lidando com a articulação do real do organismo com o significante, enquanto fundamento da linguagem. A realização dessa tarefa está na dependência, em um primeiro tempo, do imaginário materno, que articula em seu tecido tanto o simbólico do lugar da criança, quanto as palavras e imagens que o qualificam. É por isso que temos denominado simbólico o gesto que promove a entrada da criança na linguagem.

“língua da relação dual, língua da melopéia, das vocalizações, portadora do bem-querer sem lei da mãe”, referindo-se à *língua do materno*, como indica Laznik-Penot (1997), ao citar Hassoun, à qual viria se contrapor um outro registro, o da *língua materna*, “capaz de operar o corte necessário para fazer advir o sujeito após uma separação em relação à mãe, de instaurar uma instância terceira e, por essa via, todo o acesso ao simbólico” (p.35).

O ponto importante a se destacar dessas considerações é a convivência sincrônica dos dois registros em qualquer ato do sujeito falante, demonstrando não apenas que as produções lingüísticas podem ser tocadas pelo real de alíngua, desestabilizando-se, mas, principalmente, que aí se desvela o gozo que lhes dá consistência. Não se trata de introduzir aqui duas línguas diferentes¹⁵, mas de indicar dois registros inarredavelmente enlaçados em qualquer ato de fala e, mais ainda, de ressaltar que a instância interditora se sustenta da mesma materialidade que tece o gozo ao qual se renuncia: o significante. Pois, se o significante é o que faz alto ao gozo, é também o que, primeiro, faz o gozo. Se não fosse assim, aliás, como entender que o significante interdita o gozo, se com ele não tivesse nenhuma intimidade?¹⁶

Retomar a indicação de Milner quanto à consideração do registro do não –idêntico nos conduz, portanto, a um campo de reflexões que inclui o efeito e o produto do funcionamento da linguagem; um campo que convoca as noções de sujeito e objeto enquanto estritamente determinados pelo simbólico, embora relevando a emergência de um real inintegrável ao simbólico. É portanto da articulação dos significantes em cadeia que retiraremos os elementos mínimos para cernir a especificidade de um sujeito do desejo. A consequência mais imediata dessa inclusão é a necessidade de diferenciar a linguagem e o campo do Outro.

III. Retornando à questão que deixamos em suspenso, sobre a emergência do sujeito, tentaremos explicitar, através das operações de alienação e separação, de que modo a noção de sujeito do desejo se articula, tanto com a presença do não-idêntico, quanto com o registro da singularidade. Perguntamo-nos, então, com Lacan (1966): “Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe?” (p. 814).

Temos afirmado que o sujeito humano recebe sua determinação do simbólico; mais ainda, que o sujeito do desejo inconsciente, causado por um não-saber, se presentifica, pontualmente, numa estrutura de corte característica da linguagem. Já vimos que a presença de desejo na linguagem se sustenta, justamente, dos efeitos desse corte, que impõe que um enunciado receba sua significação pela sua separação da cadeia indefinida de outros enunciados; sua significação estando, deste modo, sempre

¹⁵ Afirmar que não se trata de duas línguas diferentes não impede, entretanto, que Lacan reconheça, quanto à linguagem, dois mundos diferentes, o da criança e o do adulto, quando comenta o que se denomina *babytalk*, que ele alinha ao *pidgin*, como situações em que duas espécies de articulações languageiras são colocadas em relação. Trata-se aqui de “uma relação entre duas esferas distintas da linguagem” (1961).

¹⁶ “Aquilo a que é preciso nos atermos é que o gozo está vedado a quem fala como tal” (1966, p.836); daí Lacan ter retirado que o gozo só pode ser dito entre as linhas. No entanto, há também o gozo da própria palavra, gozo do significante. “O significante é o que faz distância entre o gozo e o corpo”, como é afirmado no seminário 17, p.168.

alhures. É na radicalidade do corte que separa a cadeia de significantes e o plano do significado que podemos surpreender o sujeito freudiano, sujeito habitado por um não saber. Mas, o que ele não sabe? Que o significante é a causa que o cinde. O que Lacan(1966) nos propõe é pensar o sujeito freudiano na referência à primazia da cadeia de significantes, uma vez que a significação sempre já está ligada ao pré-consciente. O corte radical entre significante e significado é o que vai permitir “verificar a estrutura do sujeito como descontinuidade no real”(p.815).

O sujeito depende do significante e este está, primeiro, no campo do Outro. Por isso podemos entender todo o processo de estruturação do sujeito como o da dialética da relação do sujeito ao Outro. O advento do sujeito a seu próprio ser se dá na marca dessa relação ao Outro. O agente materno, vindo ocupar este lugar, faz presente o tesouro dos significantes, o que impõe que se considere, neste nível, uma falta no Outro, uma vez que a criança aí encontrará o Outro do desejo. Temos que partir, então, de uma falta no simbólico. Uma outra forma de abordar a falta no Outro consiste em considerar que, se o significante se sustenta justamente de sua relação com outro significante, dado um conjunto de significantes, como tesouro de uma língua, quando aí supomos um ato de fala que os articula em cadeia, uma falta se instala: a falta de um significante “último” que respondesse pela significação¹⁷.

No processo de engendramento do sujeito, que implica a captura do vivo do organismo na estrutura da linguagem, uma vez que o sujeito é convocado (invocado) ao ser na linguagem pelo significante, configura-se uma falta real que corresponde à perda da condição de puro vivo. É no recobrimento dessas duas faltas – no sujeito e no Outro - que se articulará o sujeito no desejo do Outro. A psicanálise, então, substitui o mito do amor – enunciado por Aristófanes no Banquete de Platão – que supõe no outro o complemento em busca do qual o sujeito se dirige, pela concepção de uma busca pelo sujeito da parte de si mesmo para sempre perdida, uma vez que sua condição, ao entrar na linguagem, passa a ser a de um vivo sexuado, submetido às leis do simbólico.

Se o processo de estruturação se organiza em torno dessas duas faltas, temos que concluir que a relação do sujeito ao Outro se engendra por um processo de hiância. O que falta a um não se encontra no Outro, a não ser como falta. Ou seja, a falta é o que há de comum entre o sujeito e o Outro. Lacan descreve este processo como sendo circular, porém, sem reciprocidade. Neste tempo mítico ou a-histórico, uma vez que se refere a um momento anterior à estruturação do recalque originário, condição necessária para falarmos de um sujeito dividido, podemos identificar os seguintes movimentos:

- o sujeito a vir é chamado ao ser pelo Outro
- o sujeito surge no campo do Outro e se vê a si mesmo aparecer no campo do Outro
- retorno ao Outro

O sujeito é, primeiro, aquele *de quem se fala* e isto dá a ele o estatuto de estar petrificado sob o significante, correspondendo ao que Lacan identificou como alienação. Antes, o sujeito não era nada; depois, quando o significante o chama, sob ele desaparece. O movimento parte, então, do Outro, o que significa que o sujeito depende do significante para se constituir e a ele retorna, uma vez que é aí que o sujeito fará sua

¹⁷ Como afirma Didier-Weill (1999), “tudo se passa como se ao Outro faltasse a palavra que poderia ter nomeado o “eu” [je] do inconsciente, como se houvesse, em suma, no Outro, um silêncio, uma falta de termo, no nível da qual o Outro só possa mandar que se cale esse produto do sentido que é o sujeito” (p.13).

morada, se lembramos que a fala é morada do ser. Com este retorno, fecha-se a circularidade em questão. Entretanto, esse retorno impõe uma torção essencial, pela qual o que o sujeito reencontra no retorno não é equivalente ao que anima o seu movimento de tornar a achar. Instala-se aí uma dissimetria entre o que põe o sujeito a buscar e o que ele pode re-encontrar: sua falta. É esse processo que Lacan formalizará com o auxílio das operações lógicas da reunião e da intersecção, para se referir, respectivamente, à alienação e à separação.

Para caracterizar a alienação constitutiva do sujeito causado pelo significante, Lacan (1964) recorre a um tipo especial de *vel*¹⁸, diferente tanto do *vel* exclusivo, quanto do *vel* de união, associando-o ao que ele denomina “escolha forçada”. Em se tratando de uma escolha entre dois elementos, esse tipo de *vel* condiciona que um deles sempre é excluído. O exemplo de tal condição enuncia-se com a situação em que o sujeito é confrontado com a seguinte escolha: “a bolsa ou a vida”. Há apenas uma única escolha real – a vida, uma vez que escolher a bolsa implica perder tudo. No entanto, a escolha pela vida implica tê-la sem a bolsa, uma vida em falta. Esse *vel*, portanto, exclui sempre um só e mesmo termo – a bolsa. Substituindo, então, os termos dessa escolha por aqueles que nos interessam no que respeita ao engendramento do sujeito, temos: Ser (sujeito) e Outro (sentido). No campo comum aos dois domínios, Lacan (1964) identifica o não-senso, fazendo com que na alienação o jogo se dê entre o sentido e o não-senso. O ser do vivo, chamado a aparecer no campo do Outro, não é mais apenas um ser, mas um ser transformado pela linguagem. Nessa operação, entretanto, o sujeito fica petrificado pelo significante. Em função da alienação, que é constitutiva do sujeito, uma divisão passa a operar: se, por um lado, o sujeito aparece como sentido; por outro, aparece como *afânise*¹⁹, em apagamento. Ou seja, o impasse para o sujeito nessa condição de alienação se resume em uma vacilação – entre a petrificação e a indeterminação no sentido – que não pára de deslizar. Vemos, então, que essa primeira operação de alienação se realiza em referência ao Outro, tesouro dos significantes, plano que rege a produção de sentido. A operação de separação vai, por outro lado, se sustentar na falta do Outro, nas falhas em que o discurso do Outro interroga a criança²⁰. É na busca de uma resposta a essa interpelação do Outro que o sujeito terá a oferecer a falta que sofreu no tempo logicamente anterior. Portanto, a uma falta no Outro, o sujeito responde com o que o marcou no tempo precedente, uma falta. Daí poder-se dizer que o desejo do homem é o desejo do Outro, uma vez que o modo de sua estruturação se faz por enganchamento no desejo do Outro²¹. Que isso se faça pelo que a voz materna é

¹⁸ Para uma apresentação detalhada dos diferentes tipos de *vel* aqui referidos, indica-se, além dos capítulos XVI e XVII do Seminário 11 de J. Lacan (1964), a reflexão de Colette Soler, em dois capítulos do livro “Para ler o Seminário 11 de Lacan”.

¹⁹ O termo *afânise* corresponde, em nossa língua, ao que Lacan nomeia com o auxílio da palavra inglesa *fading*.

²⁰ É claro que não se trata aqui de nenhum desvio ou déficit no discurso do Outro, mas da colocação em ato dos efeitos da divisão intrínseca à própria linguagem, quer a pensemos enquanto o corte radical entre o significante e o significado, quer a concebamos como a divisão irredutível entre o plano do enunciado e o da enunciação, quer, ainda, a consideremos na impossibilidade de equivalência entre significantes. Na situação em que a criança é interpelada pela mãe, não podemos deixar de destacar a questão em que se lança: “Ela me diz isso, mas o que ela quer (de mim)?”

capaz de transmitir constitui, para nós, o ponto preciso e precioso em que se pode fazer uma articulação fecunda entre os estudos sobre o *babyltalk* e a teoria do sujeito implicada por uma leitura psicanalítica.

O primeiro tempo, da alienação, sustenta-se pela estrutura lógica da reunião, uma vez que trata da inclusão do real do sujeito-por-vir na linguagem, onde terá se reduzido ao que um significante representa – ou seja, trata-se aí de verificar como o real do sujeito se inscreve no Outro enquanto sentido. É por isso que o não-senso recorta o que há de comum entre o sujeito e o Outro, uma vez que o real do vivo e o simbólico constituem materialidades heterogêneas. Um significante só pode representar algo para um outro significante, implicando necessariamente, o conjunto dos significantes. É no par mínimo S1 – S2 que se resume, então, o estabelecimento da dialética da relação do sujeito ao Outro. Podemos dizer que o significante S1- sem sentido - que representa o sujeito, só se constitui como tal na sua articulação com S2, a cadeia dos significantes, por retroação. Isso que se articula em S2 terá sido a marca que S1 inscreve. Mas o que aí terá sido inscrito senão a marca da diferença, traço do real?

A separação descreve esse movimento pelo qual o sujeito terá que se subtrair aos efeitos da alienação, buscando uma resposta que o defenda da anulação que o tempo precedente produziu. É nesse sentido que entendemos o jogo de Lacan(1964) com a palavra *separare*, fazendo-a equivocar com *se parare*, *se parer*, e com isso trazendo os sentidos flutuantes que tem em francês: vestir-se, defender-se, munir-se do necessário para pôr-se em guarda, chegando ao engendrar-se, autorizado pelos latinistas para *se parere*. O engendramento do sujeito, fruto da separação, deve ser pensado, portanto, em correlação com o estatuto jurídico que tem o termo *engendrar*, revelando, nesse ponto, a referência necessária ao domínio da lei, implicada na concepção do sujeito constituído pelo desejo do Outro. Que o sujeito tenha que, ao engendrar-se, vestir-se para se defender, não nos indicaria, suficientemente que a sua estruturação se faz por defesa? Do que se defenderia senão de deixar-se tomar no sentido do Outro? Mas, para responder à intimação que a presença do desejo na linguagem lhe impõe, o sujeito faz a suposição de um Outro a esse desejo, e com isso dota-o de um corpo imaginário ao qual falta um objeto para o qual ele, sujeito, devota o seu ser. O recobrimento das duas faltas se faz justamente porque o sujeito se ata ao Outro pela via de tornar-se, no fantasma, o que lhe falta.

No intervalo da articulação entre os significantes, lugar da metonímia, desliza o desejo. Vemos então que, se a cadeia de significantes é primeira com relação ao sujeito, que dela é efeito, nem por isso tudo do sujeito aí se inscreve, senão em falta, que o objeto vem presentificar. Daí a necessidade lógica de incluir, para além do efeito da articulação entre os significantes, o resto que sobra desse engendramento, uma vez que é pela identificação do sujeito ao objeto no fantasma que algo da escrita da singularidade do sujeito pode se sustentar.

²¹“É no que seu desejo está para além ou para aquém no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito” Lacan, J. O Seminário 11, p.207.

IV. Para finalizar, e retomando os principais pontos destacados nas sessões anteriores, apresento um episódio narrado como lembrança de infância por Michel Leiris e comentado por Philippe Lacadée (1997) como forma de figurar esse momento mítico de entrada do sujeito na ordem da linguagem. Segundo Lacadée, o episódio pode ilustrar o que é alíngua e o que é a linguagem e de que modo a criança com sua produção sonora (balúcio, lalação...) se inscreve no Outro. Afirma Leiris: “vive fut ma joie, ce que j’exprimai en disant...reusement”, reportando-se à experiência que viveu em criança quando, brincando com seus soldadinhos, um deles caiu sem se quebrar. Relata que ficou desconcertado, estupefato, quando alguém lhe disse que não se diz “...reusement mais heurement”. Comenta ter ficado interdito, em vias de cair em uma vertigem. A produção desse “...reusement” é tomada como uma jaculação, pura interjeição sem que o sujeito tenha a menor consciência do sentido aí em jogo. Lacadée afirma que é uma jaculação de gozo que ele encontrou como seu significante adequado, uma vez que Leiris, a respeito disso, afirma: “vago vocábulo totalmente pessoal e permanecendo fechado”.

Seguindo indicações de Miller (1995/1996), Lacadée vai tomar a produção desse “...reusement” como o que se denomina um S1, que permanece isolado até o momento da intervenção do Outro, “quando a palavra toma, então, um andamento de descoberta, como o rasgar brusco de um véu ou a explosão de alguma verdade”. É interessante notar que o título do livro de Leiris é “A regra do jogo”, justamente essa de ter que dizer como todo mundo, falar com os significantes do Outro, fazer-se presente no Outro. A articulação do par “...reusement – heurement” figura aqui a lei da linguagem. Se podemos tomar a produção de “...reusement” como ilustrando o registro do gozo implicado em alíngua, o par significante “...reusement – heurement” serve-nos como ilustração preciosa do que é a linguagem: a articulação mínima de um par. Quando o “vago vocábulo” se insere, pela sua articulação com “heurement”, em uma rede de significações, surge um efeito de sujeito. Pela sua articulação com outro significante, essa produção/jaculação ganha estatuto de língua, e inscreve o traço de um gozo *renunciado*. Pois o sujeito deve consentir em perder esse gozo de alíngua, fazendo-se passar pelos significantes do Outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J., *Freud, et puis Lacan*, Paris: E.P.E.L.,1993.

CALLIGARIS, C. *Hipótese sobre o fantasma na cura psicanalítica*, trad. de Élide Valarini, Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

De LEMOS, C., “*Questioning the notion of development: the case of language acquisition*”, mimeo.

DIDIER-WEILL, A., *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*, trad. de Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

FELDSTEIN, R., FINK, B. e JAANUS, M. (org.) *Para ler o Seminário 11 de Lacan*, trad. de Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FREUD, S. “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Imago,1966.

- LACADÉE, P., Pour une clinique de l'autisme. *Bulletin du Groupe Petite Enfance*, (10), janvier 1997.
- LACAN, J., *L'Identification*, lição de 29 de novembro de 1961, seminário inédito.
_____. *O Seminário livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, versão brasileira de M.D.Magno, Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.
_____. *Escritos*, trad. de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.
_____. *D'un Autre à l'autre*, lição de 13 de novembro de 1968, seminário inédito.
_____. *O Seminário livro 17 – O avesso da psicanálise*, versão brasileira de Ari Roitman, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LAZNIK-PENOT, M.-C., *Rumo à palavra – três crianças autista em psicanálise*, trad. de Monica Seincman, São Paulo: Editora Escuta, 1997.
- MILLER, J.-A., “Theorie de Lalangue” in *Ornicar*, 1974.
- MILNER, J.-C., *O amor da língua*, trad. de Angela Cristina Jesuino, Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- ZIZEK, S., *O mais sublime dos históricos- Hegel com Lacan*, trad. de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.